

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

A corrupção e os recursos naturais renováveis

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Journal
Authors	Transparency international
Publisher	Transparency International
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-11 12:52:22
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/177575

Sumário

1. Introdução
2. Os impactos da corrupção
3. O desmatamento insustentável e a indústria madeireira
4. Pesca excessiva
5. Contrabando da fauna Silvestre
6. Tomando iniciativas



A corrupção e os recursos naturais renováveis

Fortes indícios sugerem que a corrupção pode ser um fator importante na contribuição da degradação dos recursos naturais renováveis. Guardas florestais e oficiais de justiça são subornados por empresas madeireiras corruptas e, portanto, freqüentemente fecham os olhos a atividades que colocam em risco a gestão sustentável da biodiversidade das florestas. Igualmente, funcionários das autoridades pesqueiras colocam em risco as reservas, aceitando propinas para ignorar as cotas oficiais de captura para a pesca de arrasto. A má administração dos países evidencia políticas ambientais de padrões inferiores, deixando a cargo dos grupos de interesse a determinação do 'bem ambiental' comum. Em casos extremos, corrupção em altos escalões políticos pode facilitar o saque em massa dos recursos naturais de um país.

O presente documento analisa fatos recentes e discute a corrupção que atinge três recursos naturais renováveis: a silvicultura, a pesca e a fauna silvestre.

1. Introdução

A relação entre a corrupção e os resultados ambientais não é nada simples. Há poucas pesquisas empíricas para apoiar os especialistas no combate à corrupção ou para auxiliar os atores políticos em suas decisões.¹

O presente documento baseia-se e complementa o trabalho anterior da Transparency International (TI), estendendo as suas análises aos setores renováveis. Desde 2000 a TI se empenha na questão da corrupção relacionada a recursos naturais renováveis. Sua atenção está focalizada na degradação das florestas do mundo e nos vínculos entre corrupção e práticas não sustentáveis relacionadas a estas.²

2. Os impactos da corrupção

A degradação ambiental em geral é vista como um problema proveniente da ‘ação coletiva’ e do abuso. Determinados cidadãos exploram o ambiente para satisfazer as suas necessidades. Quando essas ações se somam, elas esgotam a capacidade dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis) de um país — e do mundo. Tentativas de conservação têm o objetivo de impedir que os cidadãos explorem demasiadamente e abusem dos recursos renováveis, estabelecendo políticas e procurando alterar os comportamentos.

No entanto, a corrupção é a ferramenta que permite o descumprimento de acordos, colocando em risco o ambiente. Diferentes formas de corrupção são usadas para impedir a implementação de regulamentos adequados. A corrupção política em altos escalões pode parar o desenvolvimento de medidas políticas. E mesmo as práticas corruptas mais triviais podem descontrolar as medidas políticas mais elaboradas.

O âmbito do impacto da corrupção sobre as tentativas da conservação ambiental ainda é discutido.³ Ambientalistas acreditam, que a corrupção reduz diretamente a efetividade e eficácia do programas elaborados para a proteção dos recursos renováveis. Além disso, há de se considerar, que a corrupção também solapa as medidas ambientais desviando os recursos financeiros que estão disponíveis para iniciativas.

“Meu povo e nossas florestas estão sendo destruídos [...] Há corrupção nos altos escalões [...] que nos impede de resolvermos os nossos problemas sozinhos”.⁴

- Comentário de Annie Kajir, uma advogada anti-corrupção de Papua Nova Guiné.

Nos países, nos quais a corrupção prevalece, a falta de responsabilidade pública pode ser uma motivação irresistível para os indivíduos explorarem recursos naturais ao bel prazer. Esse ponto de vista fica ainda mais claro com a observação de que países com má administração e altos índices de corrupção que são mais ricos em recursos renováveis — podem também ser os que estão mais sujeitos aos maiores e mais graves riscos ambientais.⁵

Outro aspecto é que há poucas informações sobre a relação causal entre a corrupção e a proteção ambiental. Podemos dizer que a corrupção é um fenômeno complexo que pode comprometer — mas também aumentar — as tentativas de proteção ambiental. Por exemplo, com a redução de investimentos gerais na economia, a corrupção desacelera o desenvolvimento do país e com isso, também os impactos negativos inerentes ao progresso: a expansão da agricultura em ecossistemas frágeis, a poluição das águas e a destruição das áreas pesqueiras, florestas e da fauna silvestre.⁶ Existem indícios de que tentativas bem sucedidas de proteção ambiental muitas vezes são realizadas em países corruptos, apesar de que a corrupção nunca deveria ser usada como desculpa para proteção ambiental.

Enquanto a corrupção não é o único fator determinante para as tentativas de proteção ambiental, ela contribui para a degradação ambiental 'levantando areia' ao desenvolver e implementar políticas. A corrupção muitas vezes distorce iniciativas de conservação que mascaram análises adequadas das causas da decadência ambiental.

3. O desmatamento insustentável e a indústria madeireira

As florestas são a chave para o bem estar ambiental no mundo. Elas protegem a biodiversidade biológica, regulam padrões climáticos e armazenam o dióxido de carbono do mundo. A sua degradação é um desafio social, econômico e ambiental urgente, que afeta o dia-a-dia de milhões de pessoas. Quase 90 por cento dos cidadãos mais pobres do mundo dependem das florestas para a sua sobrevivência, incluindo 60 milhões de povos indígenas no mundo inteiro.⁷

A destruição das florestas desencadeia um círculo vicioso. Em primeiro lugar, é liberado o dióxido de carbono, estimado em duas vezes o montante que atualmente está liberado na atmosfera do planeta. Em segundo, novos estudos mostram que as mudanças climáticas causadas pelo desmatamento afetam a capacidade das árvores em capturar o carbono do mundo. Os ecossistemas de plantas em conjunto com os oceanos, reduzem as emissões de carbono pela metade.⁹

A má administração das florestas, muitas vezes influenciada pela corrupção, é um fator que contribui de forma importante para a destruição das florestas. O desmatamento ilegal é responsável por 80 por cento de toda a produção de madeira em alguns países.¹⁰ No mundo inteiro, as perdas anuais devido à

Libéria, a indústria madeireira e a guerra civil

Investigações realizadas pela Global Witness, uma organização britânica da sociedade civil (CSO), mostram que dezenas de milhões de dólares em receitas da indústria madeireira da Libéria são perdidas a cada ano.⁸

O uso destes fundos para alimentar o conflito regional fez com que o Conselho de Segurança das Nações Unidas (UN) tomasse uma iniciativa contra o país. Ele impôs sanções sobre as exportações de madeira da Libéria e outorgou poderes sem precedentes à missão de país das NU para auxiliar a Libéria na administração de seus recursos naturais.

Dois países — o Brasil e a Indonésia — são sozinhos responsáveis pela metade do aumento dos níveis de dióxido de carbono causado pelo desmatamento.

O alcance global da corrupção na indústria madeireira

A corrupção intensiva e extensa na silvicultura foi documentada pelos países e regiões — incluindo o Brasil, o Camboja, a Índia, a Indonésia, o Paquistão, Pápua Nova Guinéa, as Ilhas de Solomão e Tanzânia.

Todavia, a natureza transnacional da corrupção significa que atores em outras nações consumidoras ou importadoras muitas vezes também fazem parte destas redes de abuso.

extração ilegal de madeira em territórios públicos foram estimadas em mais de US \$10 bilhões pelo Banco Mundial.¹¹ Esse valor representa mais de oito vezes o valor total do subsídio oficial de desenvolvimento (ODA) reservado para a gestão sustentável das florestas.

A corrupção está presente em todos os estágios da cadeia de produção de madeira. Propinas e influências políticas podem ser usadas tanto para facilitar a extração de madeira sem permissões adequadas ou ganhar acesso a florestas mediante concessões de território questionáveis. Transações corruptas podem ocorrer de forma semelhante para processar e comercializar a madeira depois da extração ('lavagem de madeira'). Quando são constatadas violações, a corrupção no judiciário pode evitar o processo jurídico e a responsabilização pelas ações, deixando os cidadãos sem qualquer recurso legal. Transações financeiras também podem ser realizadas de forma corrupta, encobrendo documentos de venda e incentivando o comércio de madeira. Em qualquer destes diferentes pontos na cadeia, a demanda global não sustentável de produtos florestais gera um potencial adicional para a corrupção.

Os vínculos corruptos da exploração de madeira internacional foram cuidadosamente mapeados no caso da Libéria. Durante o regime do ex-presidente Charles Taylor, a exploração insustentável da madeira, assim como a corrupção política em altos escalões proporcionava receitas significantes para Taylor e seus comparsas. Propinas recebidas pela distribuição de concessões para a extração de madeira foram usadas para a compra de armas e para sustentar a elite corrupta (veja a barra ao lado). Apesar do impacto ambiental da corrupção na Libéria ter sido avaliado como menos rigoroso, pelo menos uma pesquisa florestal foi responsável pelo cancelamento por motivos ambientais de mais de 40 por cento das concessões outorgadas.¹²

4. Pesca excessiva

Nas últimas décadas a pesca transformou-se num negócio de bilhões de dólares no âmbito da industrialização e da globalização do setor. A produção total de peixe do mundo alcançou o seu nível máximo em 2002, justamente no momento em que as primeiras vozes se levantaram sobre os impactos ambientais.¹³ Em sua revisão de 2005 sobre o estado das áreas pesqueiras do mundo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) descobriu que quase um quarto das reservas marinhas do mundo inteiro estavam excessivamente exploradas, esgotadas ou recuperando-se de exploração excessiva, incluindo sete das principais dez espécies.¹⁴

Visto que a sustentabilidade de determinadas áreas pesqueiras já está em risco, a violação das cotas de captura combinadas e das normas colocam em risco a sua proteção. A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) é um problema

sério

no mundo inteiro, um estudo recente estima o comércio global em US \$9,5 bilhões.¹⁵

A corrupção facilita a pesca INN quando os inspetores e os fiscais de cotas são subornados para ignorarem as violações (veja a caixa ao lado). No caso da África do Sul, uma investigação do problema em 2002 fez com que o diretor da Hout Bay Fishing Industries fosse considerado culpado em 301 alegações de corrupção relacionadas ao suborno de inspetores de pesca pela empresa.

5. Contrabando da fauna silvestre

O comércio global da fauna e flora silvestre é uma indústria grande, gerando estimadamente US \$6 bilhões de dólares por ano.¹⁶

A regulamentação deste comércio deve fazer parte de qualquer política global de conservação. Por mais de 25 anos, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES) teve o objetivo de melhorar a proteção das espécies ameaçadas. Apesar destes acordos, caçadores ilícitos organizados estabeleceram redes internacionais lucrando ilegalmente com a alta demanda de espécies raras, na qual determinados animais podem alcançar US \$50,000 no mercado negro global. A extensão desse comércio fica mais clara considerando que em investigação britânica funcionários de alfândega apreenderam 570 importações ilegais de animais selvagens por dia em uma busca realizada pelo governo.¹⁷

A corrupção facilita o comércio ilegal de espécies ameaçadas e pode ocorrer em diferentes pontos ao longo do processo. O mais comum é a propina paga pelos contrabandistas aos oficiais nas fronteiras para o livre trânsito de suas mercadorias contrabandeadas. A Tailândia — uma plataforma para o comércio ilegal de animais selvagens — descobriu uma rede de contrabando aparentemente vinculada às autoridades do governo. As provas, obtidas com investigações secretas pelo grupo ambiental Wild Aid, revelam que contrabandistas subornaram os oficiais da fronteira da Tailândia com aproximadamente US \$300 para contrabandear 400 kg de pangolins, um tipo de anta, para o Camboja.¹⁸

Apesar de relativamente pequenas, estas propinas apóiam uma rede de comércio global que envolve cargas marítimas individuais no valor de US \$10 milhões e que vinculam uma grande quantidade de intermediários em diferentes países (veja caixa ao lado).¹⁹

Corrupção no Mar de Bering

Uma pesquisa realizada em 2001 na indústria da pesca de Bering, área controlada pela Rússia, concluiu que a auto-gestão dessa atividade entrara em colapso.

A investigação sugeriu que a corrupção entre os responsáveis da Rússia para o acompanhamento de embarcações de pesca estrangeiros contribuiu para o crescimento de um mercado ilegal na região durante os anos 90.²⁰ Com essas águas que fornecem em torno da metade da colheita marinha total do país, o potencial estoque de pesca do Mar de Bering entrou em severa crise ambiental.²¹

A conexão Zâmbia – Singapura

Uma investigação de suposta corrupção na Autoridade de Animais Selvagens em Zâmbia (ZAWA) mostrou que o país participava de uma operação internacional de tráfico de marfim baseada em Singapura.²²

A rede se dissolveu depois que dentes de elefantes e *hankos* de marfim polido (carimbos de nome tradicionais japoneses) foram descobertos pelas autoridades da Singapura.

No entanto, os faos que levaram à apreensão em Singapura iniciaram-se alguns meses antes no Parque Nacional de Luanga no sul de Zâmbia, onde os guardas trabalharam supostamente junto com os ladrões de marfim.

6. Tomando iniciativas

Os exemplos acima ilustram como a corrupção afeta o ambiente destruindo os recursos naturais de um país. A corrupção pode causar escolhas políticas inapropriadas, limitar informações sobre as condições ambientais existentes, contribuindo para uma má gestão ambiental, gerando iniciativas contraproduativas que tornam a exploração dos recursos naturais insustentável.

As provas empíricas sobre o vínculo entre o combate à corrupção e a promoção de sustentabilidade de recursos é limitada no escopo e muitas vezes focalizada mais no ambiente do que em questões administrativas. Como resultado, não há consenso sobre a importância de combater a corrupção para as intervenções com o objetivo de melhorar o resultado ambiental comparado com outros fatores econômicos e políticos em jogo. Além disso, é claro o vínculo entre o aumento das redes de contrabando e a existência de corrupção política em alto escalão nos países ricos em recursos renováveis. Também é necessária uma melhor compreensão das tentativas atuais do governo em vincular a transparência e responsabilidade à agência de conservação, particularmente no desmatamento e na exploração insustentável da madeira.

Uma análise constante que envolve pesquisas com bases ao mesmo tempo ambientais e anticorrupção é necessária para verificar as dimensões políticas e econômicas que estão atualmente faltando nas discussões sobre a corrupção e o uso de recursos naturais renováveis — assim como os seus vínculos com a proteção de direitos humanos e o seu papel importante (mas muitas vezes pouco enfatizado) nos debates comerciais. Por exemplo, pesquisas adicionais serão necessárias para avaliar os impactos para a população mais pobre que depende economicamente da exploração de recursos naturais ou opções alternativas, que proporcionem o seu sustento. Todavia, adiar ações políticas até que esse trabalho de base seja feito significa arriscar a degradação contínua da base de recursos naturais dos países.

Há fortes razões para priorizar ações imediatas com o objetivo de proporcionar transparência e responsabilidade aumentada no uso de recursos sustentáveis.

Iniciativas semelhantes deverão ser tomadas em partes por países que importam e usam recursos renováveis, atingindo a demanda e a dinâmica de fornecimento. As etapas podem incluir o desenvolvimento e a harmonização dos contratos públicos que minimizariam os riscos de corrupção ao licenciar as empresas na indústria madeireira, de pesca e outras indústrias. Programas de educação também podem ser desenvolvidos e realizados informando importadores, o varejo e os consumidores sobre os impactos sociais, ambientais e econômicos da corrupção. Além disso, esquemas de certificação possuem o potencial para ajudar de forma independente a monitorar a exploração e o uso dos recursos renováveis do país — desde a fonte até o consumidor final. No entanto, é necessário considerar algumas restrições para usá-los de forma

A corrupção pode provocar escolhas políticas inapropriadas, limitar informação, contribuir para uma má gestão ambiental e proporcionar incentivos contraproduativos que tornam a exploração de recursos renováveis insustentável.

eficiente. Enfim, os países de importação e consumo podem melhorar a sua cooperação bilateral com os fornecedores em questões chave, assim como a administração ambiental e comércio em recursos naturais.

Para os países ricos em recursos naturais renováveis, deverão ser buscadas medidas contra a atual situação de má administração. Reformas políticas deverão incluir a colaboração entre empresas da sociedade civil, agências governamentais e usuários dos recursos locais, entre outros atores. Por exemplo, iniciativas ambientais deverão se concentrar em proporcionar direitos de propriedades e recursos bem definidos. A legislação dos recursos deve ser revisada e atualizada, incluindo códigos de conduta para setores privados. Outra opção pode ser o encorajamento de controles independentes e a certificação da produção e do comércio dos recursos do país mediante mecanismos de monitoramento que reforçam a administração de florestas e do meio-ambiente. E finalmente, iniciativas relacionadas podem ser almejadas para apoiar empresas de recursos naturais pequenas e da comunidade em seus esforços de conservação. 🌍

Corruption and renewable natural resources

O presente documento de trabalho foi preparado em 2007 e revisado em 2008 pelo departamento de política e pesquisa da secretaria de TI, junto com a TI Forest Governance e programas de integridade para a região da Ásia-Pacífico.

Na elaboração e revisão do documento contamos agradecidos com as participações de Claudio Weber Abramo (Transparência Brasil, Brasil), Arild Angelsen (Centro de Pesquisa Internacional de Silvicultura, Indonésia), Tor A. Benjaminsen (Norwegian University of Life Sciences, Norway), Matt Loftis (Transparency International Romania, Romênia), Kenneth Rosenbaum (Sylvan Environmental Consultants, EUA), and André Standing (Institute for Security Studies, South Africa). Os conteúdos do documento são de responsabilidade única da TI.

Para saber mais sobre as atividades da TI na pesquisa de recursos naturais visite: www.transparency.org/global_priorities/other_issues/fin.

Para maiores informações sobre esse documento de trabalho e outras séries entre em contato com Craig Fagan na secretaria da TI: TI-Secretariat@transparency.org.

**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**

Telefone

+49-30-343820 -0

Fax

+49-30-347039 -12

Secretaria Internacional

Alt-Moabit 96

10559 Berlin

Alemanha

Bibliografia:

- ¹ Citação de Annie Kajir, uma advogada de Papua Nova Guiné, que recebeu em 2006 O Prêmio Ambiental Goldman pelo seu trabalho no uso das cortes do país para desafiar os envolvidos na exploração ilegal de madeira.
- ² R.J. Smith and J.W. Walpole, 'O Conservationists Pay More Attention to Corruption?', Oryx, vol. 39, no. 3 (2005).
- ³ TI é membro fundador da Forest Integrity Network (FIN). O documento constitucional (outubro de 2002) está disponível: www.transparency.org/content/download/6855/41563/file/conceptpaper_web_nov19.pdf. Maiores informações sobre FIN, veja: http://www.transparency.org/global_priorities/other_issues/fin. Maiores informações nesta discussão, veja: T.E. Katzner, 'Corruption – A Double-edged Sword for Conservation? A Response to Smith and Walpole', Oryx, vol. 39, no. 3 (2005).
- ⁴ Pesquisas demonstram que países ricos em espécies e identificados como países com áreas de prioridade para a conservação possuem classificações mais baixas de governança do que outras nações. Maiores informações veja: R.J. Smith, R.D.J. Muir, et al., 'Governance and the loss of biodiversity', Nature, vol. 4226 (2003).
- ⁵ C. Barrett, C. Gibson et al., 'The complex links between governance and biodiversity', Conservation Biology, vol. 20, no. 5 (2006).
- ⁶ A. Gupta and U. Siebert, 'Combating Forest Corruption: The Forest Integrity Network', Journal of Sustainable Forestry, vol. 19, no. 1 (2004).
- ⁷ Esse número baseia-se nas estimativas do Banco Mundial para pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia. Veja: Pekka Patosaari, 'Building Livelihoods and Assets for People and Forests'. Presentation. Forest Leadership Conference (Toronto, Canada: 1º de março de 2005). www.un.org/esa/forests/pdf/notes/toronto_01032005.pdf.
- ⁸ As taxas de absorção de dióxido de carbono constam em: FAO, 'Forests and climate change: Better forest management has key role to play in dealing with climate change', (Roma, Itália: FAO, 27 de março de 2006). www.fao.org/newsroom/en/focus/2006/1000247/index.html. Países que contribuem para o aumento do dióxido de carbono constam em: Frances C. Moore, 'Carbon Dioxide Emissions Accelerating Rapidly', Earth Policy Institute (9 de abril de 2008). www.earth-policy.org/Indicators/CO2/2008.htm. Estudos sobre a redução das taxas constam em: UK Guardian, 'Trees absorbing less CO2 as world warms, study finds', 3 de janeiro de 2008, www.guardian.co.uk/environment/2008/jan/03/climatechange.carbonemissions.
- ⁹ De acordo com a agência de investigação ambiental, a exploração ilegal de madeira é estimada em 73% da produção de madeira na Indonésia, 80% no Brasil e 50% no Camarão. Environmental Investigation Agency, 'Timber Trafficking: Illegal Logging in Indonesia, South East Asia and International Consumption of Illegally Sourced Timber' (London, United Kingdom: EIA and Telepak, 01º de setembro de 2001). www.eia-international.org/cgi/reports/reports.cgi?t=template&a=26.
- ¹⁰ World Bank Group, 'Environment Matters at the World Bank - 2006 Annual Review' (Washington, DC: World Bank Group, Setembro de 2006). <http://siteresources.worldbank.org/INTEAPREGTOPENVIRONMENT/Resources/EnvMattersEAP06.pdf>.
- ¹¹ N. Bayol and J. Chevalier, 'Current State of the Forest Cover in Liberia: Forest Information Critical to Decision-Making' (Paris, France: Forest Resources Management, julho de 2004). www.frm-france.com.
- ¹² Global Witness, 'Timber, Taylor, Soldier, Spy: How Liberia's Uncontrolled Resource Exploitation, Charles Taylor's Manipulation and the Re-recruitment of Ex-combatants are Threatening Regional Peace' (London, United Kingdom: Global Witness, Junho de 2005). www.globalwitness.org/media_library_detail.php/137/en/timber_taylor_soldier_spy.
- ¹³ Food and Agriculture Organisation of the United Nations, 'Depleted Fish Stocks Require Recovery Efforts', FAO Press Release (Rome, Italy: FAO, 7 March 2005). www.fao.org/newsroom/en/news/2005/100095/index.html.
- ¹⁴ Ibid.
- ¹⁵ Environmental News Service, Traffic International (Novembro de 2002). www.traffic.org/traffic-bulletin/traffic_pub_bulletin_19_2.pdf.
- ¹⁶ UK Guardian, 'How British demand feeds slaughter of rare species', 12 de setembro 2004, www.guardian.co.uk/print/0,,5013991-111492,00.html.
- ¹⁷ Ibid.
- ¹⁸ Ibid.
- ¹⁹ J. Hastie, J. Newman et al., 'Back in Business: Elephant Poaching and the Ivory Black Markets of Asia', Environmental Investigation Agency (outubro 2002). www.eia-international.org/files/reports35-1.pdf.
- ²⁰ A. Vaisman, 'Trawling in the Mist: Industrial Fisheries in the Russian Part of the Bering Sea', Traffic International (July 2001). www.traffic.org/fisheries-reports/traffic_pub_fisheries5.pdf.
- ²¹ M. Pastakia, 'Animal Traffic: The Road to Oblivion', People and the Planet (28 de abril de 2001). <http://peopleandplanet.net/pdoc.php?id=942>.
- ²² Hastie, J. et al, October 2002.

© 2008 Transparency International. All rights reserved.

Transparency International (TI) é uma organização da sociedade civil líder no combate mundial à corrupção. Em mais de 90 capítulos no mundo inteiro e uma secretaria internacional em Berlim, na Alemanha, a TI aumenta a percepção dos efeitos danosos da corrupção trabalhando com parceiros no governo, na sociedade comercial e civil para desenvolver e implementar medidas eficiente para sua solução. Para maiores informações, visite: www.transparency.org

ISSN 1998-6408